

TCU investigará entidades suspeitas

Antonio Machado

O Tribunal de Contas da União vai ajudar a CPI do Orçamento nas investigações sobre as entidades que receberam subvenções sociais da União. A decisão foi comunicada,



ontem, pelo presidente do TCU, ministro Carlos Átila, aos membros da Subcomissão de Subvenções Sociais, que foram à sede do Tribunal pedir o auxílio do órgão nas investigações.

Átila disse que não é difícil a fiscalização sobre as entidades que receberam subvenções sociais: "Elas recebem verbas com destinação específica. Acho que em 15 ou em 20 dias o trabalho estará pronto". O TCU determinará às suas inspetorias-regionais que visitem todas as entidades relacionadas pela Subcomissão.

As inspetorias se concentrarão, principalmente, nos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, Mato Grosso e Pernambuco. Segundo o coordenador da Subcomissão, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), são os estados em que entidades receberam os

maiores valores em subvenções sociais. Só no Rio de Janeiro recebeu, em 1991, 16 milhões de dólares de um total de 36 milhões distribuídos pelo Orçamento.

Repetição — A CPI quebrou o sigilo de 64 entidades, escolhidas através de uma amostragem sobre a distribuição de subvenções sociais de 1989 a 1993. A Subcomissão procurou abranger todas as unidades da federação. O único estado que ficou de fora foi o Espírito Santo, porque somente foi encontrada uma subvenção no valor de 70 dólares para um colégio religioso. O Distrito Federal participa com duas entidades, o Centro de Assistência Social ao Desamparado e o Instituto de Tecnologia Educacional e Amparo Educacional.

A Subcomissão de Subvenções Sociais começou a analisar ontem a quebra de sigilo bancário de várias outras entidades, entre as quais a prefeitura de Iparantim, no interior da Bahia, que é reduto eleitoral do deputado João Alves. No ano passado, a cidade recebeu dois mil 674 dólares em subvenções.

A fiscalização sobre as entidades foi desarticulada nos últimos dois anos. As entidades deveriam ser fiscalizadas pelos órgãos de controle interno dos ministérios, que têm a responsabilidade de passar as subvenções, mas o governo Collor acabou com o controle interno.